



Prefeitura de Porto Amazonas - PR
Agente de Apoio Educacional

LÍNGUA PORTUGUESA

| | |
|--|----|
| Análise e interpretação de texto (compreensão geral do texto | 1 |
| Ponto de vista ou ideia central defendida pelo autor | 5 |
| Argumentação | 5 |
| Elementos de coesão | 6 |
| Inferências | 8 |
| Estrutura e organização do texto e dos parágrafos) | 9 |
| Som e fonema. Encontros vocálicos e consonantais. Dígrafos. Divisão silábica | 10 |
| Ortografia oficial | 12 |
| Acentuação gráfica | 21 |
| Classes de palavras e seus empregos; Preposição | 24 |
| Sintaxe da oração e do período. Tipos de subordinação e coordenação | 35 |
| Concordância nominal e verbal | 44 |
| Regência verbal e nominal | 46 |
| Emprego de sinal indicativo de crase | 48 |
| Sentido conotativo e denotativo. Relações de homonímia e paronímia | 50 |
| Tipologia textual | 52 |
| Pontuação | 53 |
| Estrutura e processos de formação de palavras | 57 |
| Questões | 60 |
| Gabarito | 72 |

MATEMÁTICA/ RACIOCÍNIO LÓGICO

| | |
|---|----|
| Conceitos básicos de raciocínio lógico: proposições, valores lógicos das proposições, sentenças abertas, número de linhas da tabela verdade, conectivos, proposições simples, proposições compostas. Tautologia. Estruturas lógicas | 1 |
| Lógicas de argumentação | 7 |
| Diagramas lógicos | 12 |
| Operação com conjuntos | 15 |
| Cálculos com porcentagens | 22 |
| Resolução de situações-problema | 24 |
| Equações e funções matemáticas (1º grau, 2º grau, exponencial) | 29 |

SUMÁRIO



| | |
|-----------------------------|----|
| Razão, proporção | 44 |
| Sequências numéricas | 46 |
| Análise combinatória | 50 |
| Estatística descritiva..... | 54 |
| Áreas e volumes..... | 64 |
| Questões | 73 |
| Gabarito..... | 82 |

CONHECIMENTOS GERAIS

| | |
|---|-----|
| Noções gerais sobre história, cultura, geografia e turismo em escala municipal, estadual e nacional | 1 |
| Atualidades sobre política, economia, sociedade, cultura, direitos humanos, esportes, ciência e tecnologia, meio ambiente e sustentabilidade, segurança, saúde e obras públicas | 9 |
| Questões | 178 |
| Gabarito..... | 184 |

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

| | |
|--|----|
| Lei n° 12.796, de 04.04.2013 - Altera a Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional | 1 |
| Eca – estatuto da criança e do adolescente | 3 |
| Procedimentos adequados ao atendimento à criança: saúde, alimentação e higiene .. | 69 |
| Os brinquedos: normas para utilização dos brinquedos e normas de segurança | 73 |
| A brincadeira de papéis sociais e formação da personalidade | 77 |
| Adaptação à escola: escola e família | 79 |
| Desenvolvimento de atividades relacionadas com a execução do serviço de agente de apoio educacional..... | 81 |
| Questões | 84 |
| Gabarito..... | 89 |

SUMÁRIO



Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas.

Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

*FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015
Português > Compreensão e interpretação de textos*

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.





PROPOSIÇÕES

Uma proposição é um conjunto de palavras ou símbolos que expressa um pensamento ou uma ideia completa, transmitindo um juízo sobre algo. Uma proposição afirma fatos ou ideias que podemos classificar como verdadeiros ou falsos. Esse é o ponto central do estudo lógico, onde analisamos e manipulamos proposições para extrair conclusões.

Valores Lógicos

Os valores lógicos possíveis para uma proposição são:

- **Verdadeiro (V)**, caso a proposição seja verdadeira.
- **Falso (F)**, caso a proposição seja falsa.

Os valores lógicos seguem três axiomas fundamentais:

- **Princípio da Identidade:** uma proposição é idêntica a si mesma. Em termos simples: $p \equiv p$

Exemplo: “Hoje é segunda-feira” é a mesma proposição em qualquer contexto lógico.

- **Princípio da Não Contradição:** uma proposição não pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo.

Exemplo: “O céu é azul e não azul” é uma contradição.

- **Princípio do Terceiro Excluído:** toda proposição é ou verdadeira ou falsa, não existindo um terceiro caso possível. Ou seja: “Toda proposição tem um, e somente um, dos valores lógicos: V ou F.”

Exemplo: “Está chovendo ou não está chovendo” é sempre verdadeiro, sem meio-termo.

Classificação das Proposições

Para entender melhor as proposições, é útil classificá-las em dois tipos principais:

- **Sentenças Abertas**

São sentenças para as quais não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso, pois elas não exprimem um fato completo ou específico. São exemplos de sentenças abertas:

- Frases interrogativas: “Quando será a prova?”
- Frases exclamativas: “Que maravilhoso!”
- Frases imperativas: “Desligue a televisão.”
- Frases sem sentido lógico: “Esta frase é falsa.”

- **Sentenças Fechadas**

Quando a proposição admite um único valor lógico, verdadeiro ou falso, ela é chamada de sentença fechada. Exemplos:

- Sentença fechada e verdadeira: “ $2 + 2 = 4$ ”
- Sentença fechada e falsa: “O Brasil é uma ilha”



Fundação do Brasil

A descoberta do Brasil ocorreu em 22 de abril de 1500, quando uma frota portuguesa comandada por Pedro Álvares Cabral, em direção às Índias, aportou nas novas terras, iniciando o ciclo de expansão marítima de Portugal. A terra, inicialmente chamada de Terra de Vera Cruz, depois Santa Cruz, e finalmente Brasil, foi explorada com foco na concentração do pau-brasil, uma madeira avermelhada usada como corante na Europa, que deu nome ao território.

Expedições de exploração, comandadas por Gonçalo Coelho e Gaspar de Lemos, e patrulhas de defesa lideradas por Cristóvão Jacques, foram enviadas para mapear o litoral e combater invasores, especialmente franceses, garantindo assim a posse portuguesa. O sistema de feitorias, já usado nas relações comerciais na África e na Ásia, foi implantado para defesa e para o escambo do pau-brasil com os povos indígenas. A Coroa portuguesa concedeu a exploração do pau-brasil a Fernão de Noronha, que detinha o monopólio desta atividade.

Início da Colonização

A colonização efetiva do Brasil começou em 1530, com a expedição de Martim Afonso de Sousa, que trouxe o cultivo da cana-de-açúcar e a criação dos primeiros engenhos na cidade de São Vicente, no atual estado de São Paulo. Embora São Vicente tenha se destacado inicialmente, a produção de açúcar se concentrou no Nordeste, especialmente em Pernambuco, com um sistema econômico baseado em grandes propriedades (latifúndios), monocultura e trabalho escravo africano. O açúcar cultivado era destinado principalmente à exportação.

Ao lado da economia açucareira, o ciclo do gado se expandiu pelo agreste e sertão nordestino, bem como pela bacia do rio São Francisco. No século XVIII, o ciclo da mineração trouxe tona ouro e diamantes em Minas Gerais, promovendo uma ocupação mais intensa no interior. A sociedade mineradora apresentou uma diversidade maior, com a presença de comerciantes, artesões e funcionários da Coroa, contrastando com a sociedade rural açucareira.

Organização Política e Administrativa

Politicamente, o Brasil-colônia era administrado pela Coroa portuguesa. Para o comércio a ocupação, Portugal implementou, em 1534, o sistema de capitânicas hereditárias, dividindo o território em grandes lotes, concedendo a particulares para exploração e povoamento. Contudo, somente as capitânicas de São Vicente e Pernambuco prosperaram, e esse sistema foi extinto no século XVIII.

Em 1548, a Coroa criou o Governo-Geral para centralizar o controle administrativo da colônia. Tomé de Sousa, primeiro governador-geral, recebeu amplos poderes e fundou Salvador, a primeira capital do Brasil, que abrigou o governo-geral até a mudança para o Rio de Janeiro em 1763. A administração local era gerida pelas câmaras municipais, compostas pelos colonos mais abastados, conhecidos como “homens bons”.

A Igreja Católica desempenhava um papel crucial, cobrando-se dos aspectos administrativos, da assistência social, da educação e da catequese dos povos indígenas. Entre as ordens religiosas, os jesuítas tiveram destaque na educação e catequese.

Invasões Estrangeiras

Durante o período colonial, o Brasil foi alvo de invasões estrangeiras, especialmente dos franceses, ingleses e holandeses. Em 1555, os franceses estabeleceram a França Antártica na ilha de Villegaignon, na baía de Guanabara, mas foram expulsos em 1567, em um confronto que envolveu Estácio de Sá, fundador do Rio de Janeiro. Entre 1612 e 1615, busquei novamente, dessa vez no Maranhão, fundando a colônia França Equinocial.



Conhecimentos Específicos

LEI Nº 12.796, DE 4 DE ABRIL DE 2013.

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º

.....

XII - consideração com a diversidade étnico-racial.” (NR)

“Art. 4º

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma:

- a) pré-escola;
- b) ensino fundamental;
- c) ensino médio;

II - educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade;

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria;

.....

VIII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

.....” (NR)

“Art. 5º O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigí-lo.

§ 1º O poder público, na esfera de sua competência federativa, deverá:

I - recensear anualmente as crianças e adolescentes em idade escolar, bem como os jovens e adultos que não concluíram a educação básica;

.....” (NR)

“Art. 6º É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 (quatro) anos de idade.” (NR)

“Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.

.....” (NR)